

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
AL FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados aprovam Orçamento

Peça que prevê receitas e fixa despesas para 2009 supera em 14% projeção de 2008 e recebe 20 emendas;
Plano Plurianual ganha sinal verde com 35 mudanças

Página 8

Parlamento presta homenagem a 42 personalidades

Eduardo Guedes de Oliveira



Com galerias lotadas, deputados entregam Comenda do Legislativo a pessoas, empresas e instituições que fazem a diferença na sociedade catarinense

Páginas 6 e 7

Comissões autorizam novos limites para Parque da Serra do Tabuleiro

Solon Soares



Com faixas, população acompanha reunião no Auditório Antonieta de Barros

Página 5

Sessões do Tribunal de Contas do Estado ganham transmissão da TVAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Convênio de cooperação é assinado entre Assembléia Legislativa e TCE

Página 3

Legislativo se autoconvoca para apreciar medidas provisórias nos dias 29 e 30

Página 9

OPINIÃO

Legislativo mais presente na vida dos catarinenses

Ao encerrar mais um ano de trabalho, a Assembléia Legislativa apresenta aos catarinenses, nesta última edição de 2008 do AL Notícias, o registro dos principais fatos que pautaram as atividades parlamentares nesta semana. Concluímos mais uma sessão legislativa com a certeza do dever cumprido. Não apenas por termos produzido mais de 260 novas leis ou por termos realizado mais de 50 audiências públicas. Mas, sobretudo, porque o Poder Legislativo, assim como seus 40 representantes individualmente, aproximou-se ainda mais dos cidadãos.

As informações expressas nesta edição, bem como nas anteriores, resumem os resultados de um trabalho orientado pela convicção de que a representação política não pode se limitar apenas ao debate e à aprovação de leis. É preciso ir além, estar mais próximo da sociedade. Com esta certeza, o Parlamento catarinense criou, nos últimos anos, uma série de canais permanentes para a efetiva participação popular. O saldo é um Poder que trabalha cada vez mais perto dos cidadãos.

Os programas O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa e Santa Tech – O top da tecnologia catarinense, em todas as suas edições, fizeram lotar o Auditório Antonieta de Barros. Da mesma forma, os cursos, seminários e palestras, ministrados em todo o Estado através da Escola do Legislativo, obtiveram a adesão de públicos diversos e sempre entusiasmados.

A participação popular foi marcante este ano nas audiências públicas, com presença ativa de cidadãos, de lideranças comunitárias e de entidades representativas. As reuniões de comissões e sessões ordinárias e extraordinárias também contaram com o olhar atento da sociedade, que fiscalizou e exigiu decisões compatíveis com o desejo dos eleitores.

Acompanhando a legislação focada na vontade popular, as ações políticas dos deputados

O Parlamento catarinense criou, nos últimos anos, canais permanentes para a efetiva participação popular

estaduais atenderam à reivindicação das comunidades, ajudando a encontrar soluções para problemas de setores sociais importantes. Com iniciativas junto aos governos federal e estadual ou através das diversas parcerias firmadas com outras instituições, a Assembléia Legislativa deu a sua contribuição a campanhas em defesa da ética e do respeito às leis.

Para o próximo período, esta Legislatura entrega um Poder ainda mais preparado para a representação política. Aperfeiçoamentos na estrutura interna incrementaram a

eficiência do Legislativo – e tornaram a Assembléia um lugar ainda melhor para todos, com servidores ainda mais capacitados. Com a consolidação de uma política eficiente de comunicação, a Assembléia Legislativa aprimorou seu relacionamento com a sociedade e renovou o compromisso de trabalhar com transparência, eficiência e democracia.

São resultados que orgulham todos os deputados que integram a 16ª Legislatura. E, temos certeza, também orgulham os cidadãos, que têm no Legislativo um Poder cada dia mais presente na vida de todos os catarinenses.

Tudo isso foi possível graças ao apoio incondicional de todos os parlamentares, que souberam compreender os apelos da sociedade, e à dedicação dos servidores da Casa, que trabalharam para que o Legislativo pudesse responder com eficiência às expectativas dos cidadãos. Aos deputados e servidores o meu reconhecimento e a minha gratidão.

Em nome do Poder Legislativo, agradeço a todos os que contribuíram para enriquecer o debate e nos auxiliaram a encontrar novos caminhos para o desenvolvimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses. Que, em 2009, as parcerias se intensifiquem e a participação popular continue crescendo, para que possamos, todos juntos, prosseguir na construção de um Estado mais justo e mais humano.

Deputado Julio Garcia
Presidente

O Parlamento em números

- **101** sessões ordinárias, **45** extraordinárias e **56** sessões solenes (houve ainda duas sessões do Parlamento Jovem)
- **74** audiências públicas, **45** no interior do estado
- **xxxx** proposições aprovadas, sendo **1334** requerimentos, **508** indicações, **xxx** projetos de lei, **187** moções e **177** pedidos de informação

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br



Foto "Sangue de torcedor" foi escolhida como a melhor do concurso

Maurício Vieira vence Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo

O repórter-fotográfico Maurício Vieira, do jornal Hora de Santa Catarina (Florianópolis), foi o vencedor da II Edição do Troféu Olívio Lamas de Fotojornalismo, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas (SJSC) e Associação Catarinense de Imprensa (ACI), com patrocínio da Eletrosul e Governo Federal.

A foto intitulada "Sangue de torcedor" retrata a explosão de uma bomba caseira na mão direita do aposentado Ivo Costa. O fato ocorreu no dia 25 de fevereiro durante a partida entre Criciúma e Avaí, pelo Campeonato Catarinense de Futebol, que resultou na perda da mão do torcedor. O primeiro lugar rendeu ao fo-

tógrafo o prêmio de R\$ 3 mil. A solenidade de premiação ocorreu na noite de hoje (16), Assembléia Legislativa.

A segunda colocação ficou com Hermínio Nunes, do Diário Catarinense, com a foto "Os Acorrentados", que mostrou presos acorrentados nos pilares de uma delegacia de Polícia Civil em Palhoça, na Grande Florianópolis. Ele ganhou R\$ 2 mil. O terceiro colocado foi James Tavares, então no jornal Notícias do Dia, com a foto "Quando os Pit Bulls Dão as Cartas", que mostra um carteiro sendo recepcionado por dois cães da raça. A premiação foi de R\$ 1 mil. (Assessoria de Imprensa/SJSC)

[AGENDA]

• **Dia 23, 10 horas** - Reunião do Fórum Permanente de Solidariedade pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Enxurradas em 2008

Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **Dia 29, 14 horas** - Sessão plenária extraordinária
Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 30, 9 horas** - Sessão plenária extraordinária
Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 30, 14 horas** - Sessão plenária extraordinária
Local: Plenário Osni Régis

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente do Tribunal de Contas do Estado, José Carlos Pacheco (ao centro), afirma que decisão representa marco na história do órgão, que completou 53 anos de serviços à sociedade catarinense

Sessões do TCE passam a ser transmitidas ao vivo pela TVAL

Convênio de cooperação entre Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado garante exibição das reuniões do Pleno, que julgam contas e processos relacionados ao serviço público

Denise Arruda Bortolon

Os catarinenses começaram, dia 15, a acompanhar as sessões do Pleno do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE) através da TVAL, com sinal na TVA, NET e pelo site do Parlamento catarinense (www.alesc.gov.br, no link TVAL). A transmissão tornou-se possível pela assinatura de um convênio de cooperação entre o tribunal e a Assembleia Legislativa de Santa Catarina. As sessões poderão ser acompanhadas a partir das 14 horas das segundas-feiras, ao vivo. Já as sessões das quartas-feiras

serão exibidas às quintas-feiras, no mesmo horário. Com esta transmissão, a sociedade pôde acompanhar o julgamento das contas de 40 municípios e mais de 90 processos relacionados a serviços públicos.

Conforme o convênio, a TVAL disponibilizará horários na sua grade de produção e dará o apoio técnico, inclusive pela internet (www.alesc.sc.gov.br), para todos os municípios.

O presidente do TCE, José Carlos Pacheco, ressaltou que a transmissão das sessões é uma prioridade da sua gestão. "Sinto-me honrado em projetar

a primeira sessão televisionada para a comunidade catarinense e mundial, uma vez que a informação ultrapassa a geografia local".

De acordo com Pacheco, a exibição em rede é um marco na história do órgão, que completou 53 anos, e esta visibilidade torna as ações das organizações ainda mais complexas. "Estamos vivendo a era do conhecimento e da transparência. A televisão permite que as informações estejam disponíveis para todos os gestores públicos e permite o chamado controle social", acrescentou.

Parceria fortalece relação entre instituições, afirma Garcia

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), defende que os órgãos públicos devem se tornar cada vez mais transparentes. "A transmissão das sessões do Pleno do TCE é mais um passo nesta direção. A parceria entre o Parlamento e o TCE fortalece ainda mais a relação entre as duas instituições. Além disso, proporciona economia de recursos públicos nas transmissões e fomenta a participação da sociedade, que passará a interagir com o TCE", afirmou.

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) também louvou a iniciativa do TCE, destacando que quanto maior a transparência de um órgão público, maior a sua credibilidade. "Santa Catarina é um estado diferenciado também pelo Tribunal de Contas que tem", declarou.

Para o presidente da Câmara da Capital, vereador Ptolomeu Bittencourt Junior (DEM), o con-

vênio é um passo importante na medida em que o TCE se une aos demais poderes. "A transmissão ao vivo busca a transparência e dá visibilidade às prestações de contas dos gestores públicos", comentou.

A possibilidade de a sociedade acompanhar o julgamento das contas de sua cidade, de acordo com o procurador-geral do Ministério Público Estadual, Gercino Gerson Gomes Neto, permite que os gestores públicos corrijam seus erros e motiva mais acertos. "Esta nova fase do TCE é muito produtiva para os catarinenses, pois poderá mostrar à sociedade que nem todos são desonestos", esclareceu.

O aprimoramento da programação do TCE foi salientado pelo presidente da Associação Catarinense de Imprensa (ACI), Adenir Arnon. "É um orgulho para os profissionais participarem deste marco para a comunicação do TCE", observou.



Autoridades, vereadores, servidores e público em geral acompanham solenidade realizada no Tribunal de Contas

INSTITUCIONAL

Miriam Zomer



Economista, velejador e empresário, Vilfredo e sua família ficaram conhecidos do grande público brasileiro por terem dado duas voltas ao mundo num veleiro de 44 m²

Schürmann “navega com sucesso” em palestra no Legislativo

Velejador encerra I Seminário Nacional de Gestão Estratégica, destacando planejamento, motivação e superação

Realizar com sucesso o sonho planejado. A frase sintetiza a palestra “Navegando com Sucesso” de Vilfredo Schürmann, que encerrou, dia 12, o I Seminário Nacional de Gestão Estratégica no Poder Legislativo. Abordando temas como planejamento, motivação, espírito de equipe, liderança, superação e determinação, ele prendeu a atenção do público presente no Auditório

Antonieta de Barros.

Economista, velejador e presidente da Schürmann Coporate, Vilfredo e sua família ficaram famosos em todo o Brasil por terem feito duas voltas ao mundo em um veleiro de 44m². Ele relatou na palestra como os diversos recursos gerenciais definidos em um planejamento estratégico, aplicados na realização de um projeto de vida,

contribuíram para superar os desafios e alcançar o sucesso. Falou ainda sobre as experiências de pessoas que trocaram uma vida estável em terra firme por uma aventura no mar. Ele e a esposa partiram deixando casa, carro, trabalho, escola, estilo de vida e junto com os filhos de 15, 10 e 7 anos viajaram pelo mundo durante 20 anos. De acordo com a explanação, as duas empreita-

das exigiram anos de pesquisas e de preparo. Vilfredo afirmou com convicção que, antes de iniciar as jornadas, era necessário estudar e planejar cada detalhe da operação, de forma a evitar o maior número possível de erros e preparar-se até para as surpresas que pudessem aparecer.

Na palestra foi possível perceber que algumas palavras e expressões são fundamentais

para Schürmann. Para “navegar com sucesso” na vida, ele destaca que é essencial acreditar; planejar; estabelecer e definir metas; inovar; aceitar novos desafios e mudanças; compartilhar objetivos e sonhos; administrar riscos; trabalhar em equipe; motivar; reciclar o conhecimento; gerenciar o tempo; evoluir sempre; primar pela ética; disciplina e a atitude.

Práticas inovadoras são apresentadas

O diretor-geral da Assembléia Legislativa, Neroci da Silva Raupp, afirmou que I Seminário Nacional de Gestão Estratégica no Poder Legislativo cumpriu a sua missão, tanto na matéria quanto no conteúdo programado, reunindo os gestores da atividade administrativa dos parlamentos municipais, estaduais e federal. “Através de palestras e cases podemos ver as melhores práticas do serviço público no Legislativo”.

No segundo dia do seminário, Valmir Dantas, gerente da Rede Nacional da Gestão Pública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, abriu os trabalhos com a palestra “Os desafios da Gestão Pública – Gespública”. O objetivo é mobilizar as pessoas e as organizações voluntárias para atuarem como agentes transformadores da gestão pública brasileira. Em

seguida, foram apresentados cases. O primeiro foi sobre a “Carta de Serviços ao Cidadão”, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, primeiro parlamento do país a elaborar a carta. O manual é um instrumento confeccionado para o exercício da cidadania, informando ao cidadão quais os serviços prestados pelo Poder Legislativo.

O case “Centro de Apoio às Câmaras Municipais – Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais” foi apresentado pelo jornalista Jorge Aurélio Pôssa Filho. Ele falou que em 1990 a Casa começou a trabalhar com planejamento estratégico e há dois anos implantou o Centro de Apoio às Câmaras Municipais, para ter um relacionamento formal com as 853 Câmaras de Vereadores existentes naquele Estado. “A Assembléia de Minas precisava de uma interlocução

privilegiada com o público dessas câmaras municipais. Fazemos a troca de informações, de conhecimentos entre o Legislativo Estadual e as Câmaras Municipais”.

A Modernização Tecnológica da Câmara Municipal de Porto Alegre foi o último case da manhã, apresentado pela coordenadora da Assessoria de Informática, Márcia Almeida. Os obstáculos para a mudança, a falta de conhecimento, de continuidade, de motivação, criatividade e questionamento, a cultura do “aquí sempre se fez aqui”, a carência de ferramentas para o usuário fazer o melhor trabalho e a inovação propriamente dita foram destacadas. “As mudanças na Câmara de Porto Alegre começaram com coisas pequenas e estão se transformando numa grande bola de neve do bem, que é a inovação”, disse Márcia.

Escola do Legislativo faz balanço de atividades

Os servidores da Escola do Legislativo da Assembléia catarinense estiveram reunidos, nos dias 8, 9 e 10, avaliando o desempenho no ano de 2008 e planejando as ações para 2009. O planejamento foi coordenado pelo consultor Sérgio Cordioli.

Na avaliação geral, o ano de 2008 foi positivo: foram 139 atividades, atraindo 13.757 participações em 38 municípios do estado.

Segundo a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Maria Evangelista Vieira Pedrozo, a qualidade dos

cursos é fruto da determinação do presidente da Escola, deputado Joares Ponticelli (PP), e do empenho dos seus servidores. “Este trabalho se traduz na solidificação dos objetivos e missão de Escola do Legislativo, que hoje é referência nacional entre as escolas legislativas.”

Entre os 89 projetos definidos para o ano de 2009, a novidade será “Assembléia em Ação”, que contará com a realização de várias atividades inerentes a programas distintos numa mesma cidade.

Comissões autorizam novos limites para Parque da Serra do Tabuleiro

CCJ, Finanças e Agriculturas avalizam projeto de lei, do Executivo, que institui Mosaico de Unidades de Conservação

Scheila Dziedzic

Sob aplausos e comemoração da platéia que praticamente lotou o Auditório Antonieta de Barros no dia 16, as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Agricultura aprovaram o projeto de lei que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro; institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu e cria, ainda, o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico (FEUC). Manifestaram-se contrários à aprovação os deputados petistas Décio Góes, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Pedro Uczai e Dirceu Dresch, além do líder do PDT, Sargento Amauri Soares. A matéria saerá votada em Plenário em fevereiro.

A proposta de origem governamental está tramitando na Casa desde o dia 11 de novembro, em regime de urgência e conjuntamente nas três comissões. Por

iniciativa do relator da matéria na CCJ, deputado Marcos Vieira (PSDB), o assunto foi discutido com a comunidade em duas audiências públicas realizadas em Santo Amaro da Imperatriz e Palhoça, "locais em que se verificaram os maiores conflitos relativos à unidade de conservação original", segundo o parlamentar. Houve também reuniões comunitárias para a apresentação e discussão do formato de mosaico proposto pelo projeto técnico do Executivo.

De acordo com Marcos Vieira, neste processo ele tomou conhecimento dos anseios de uma população que, segundo ele, se encontra na iminência de perder suas propriedades. O parlamentar alerta que esta situação já se arrasta há 33 anos e envolve aproximadamente 36 mil famílias. Em seu parecer, que foi adotado também pelos relatores nas comissões de Finanças e de Agricultura, respectivamente, os deputados Joares Ponticelli (PP) e Reno Caramori (PP), ele traça um histórico do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.

Região tem histórico de conflitos fundiários

A área do Parque Estadual soma 87.405 hectares, abrangendo nove municípios que formam uma Unidade de Conservação com proteção integral. Por ser de preservação permanente, a região vive inúmeras dificuldades, como conflitos fundiários. Sessenta e cinco por cento do parque estão sob domínio privado, restando 17% ao domínio público. Os 18% restantes são terras devolutas (públicas em litígio).

Marcos Vieira destaca no seu parecer que em uma Unidade de Conservação com preservação permanente não pode existir o domínio privado, como ocorre no Parque.

"Porém, em 1975, quando foi editado o decreto, já existiam famílias que lá habitavam o que causou insegurança e intranquilidade, falta de perspectiva de desenvolvimento dos municípios, criminalização da população e núcleos urbanos dentro do perímetro", explicou Vieira.

A proposta do projeto de lei, de acordo com o parlamentar, tem como objetivo central a instituição do denominado "Mosaico de Uni-

dades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras do Massiambu", composto por um conjunto de quatro unidades de conservação justapostas, sendo um "Parque" e três "Áreas de Proteção Ambiental". O conjunto totaliza uma área aproximada de 98,4 mil hectares, incluídas as áreas de amortecimento e transição.

O projeto propõe o redimensionamento dos limites do Parque, originalmente fixados pelos Decretos Estaduais nº. 1.260/75 e nº. 17.720/82. Também estabelece os parâmetros para a definição da "zona de amortecimento" (a área do entorno do parque), ficando definida por uma linha de no mínimo 50 metros distante do limite deste, na região do maciço, e de 30 metros na região litorânea, respeitados os atributos ambientais do terreno.

Outro ponto previsto é a elaboração dos respectivos Planos de Manejo, bem como a formação dos Conselhos Consultivos ou Deliberativos, de acordo com a modalidade de cada uma das mencionadas unidades de conservação.



Em reunião conjunta, deputados dão andamento à proposta, que tramita na Casa desde 11 de novembro

Emenda prevê unidade de uso sustentável

Entre as emendas apresentadas ao projeto está uma aditiva prevendo que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Sustentável, no prazo de 180 dias, a contar da aprovação e publicação do projeto, realize estudos técnicos necessários à reavaliação de parte da área inserida na Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O objetivo é definir a sua alteração para Unidade de Conservação de uso sustentável, no município de Águas Mornas.

O relator Marcos Vieira deixou de acatar emenda da comunidade do Massiambu Pequeno, que pretendia ter uma via de acesso ao mar por embarcação cadastrada. A proposta já está prevista no Projeto de Lei, por intermédio do Plano de Manejo que será elaborado pelos

Conselhos Gestores.

Oposição

Em nome da bancada do PT, o líder Pedro Uczai apresentou o voto contrário à proposta governamental indicando que os demais parlamentares aceitassem diligenciamiento ao projeto. Ele defendeu a manifestação dos órgãos ambientais como Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), Fatma e Secretaria de Desenvolvimento Sustentável.

Uczai também questionou o regime de urgência "imposto pelo Executivo" que, segundo ele, torna impraticável a prudência na análise e no estudo que uma matéria complexa e importante como esta requer. Para Uczai, a retirada do

regime de urgência permitiria a construção de um consenso entre o Poder Público e diversos segmentos da sociedade civil organizada.

Outro argumento utilizado pelos petistas é que a criação de três Áreas de Proteção Ambiental (APA) se sobrepõe total ou parcialmente ao território da Unidade de Conservação já existente. "E tudo isso feito sem consulta pública e sem a devida coordenação do órgão ambiental responsável." Segundo os petistas, isso contraria o que dispõe a Lei Federal 9.985/2000, regulamentada nos art. 4º e 5º do Decreto Federal 4.340/2002. "Também causa estranheza o projeto pretender a criação de um mosaico de Unidade de Conservação à revelia dos órgãos ambientais responsáveis", disse Uczai.

Fórum Parlamentar critica proposta

O Fórum Parlamentar do Parque da Serra do Tabuleiro esteve reunido no dia 15 e voltou a criticar a proposta do Executivo. Na reunião de avaliação dos trabalhos, foi apresentado documento sobre os limites da área do parque e elaborado por uma consultoria contratada pelo Projeto de Proteção à Mata Atlântica (PPMA). Na condição de presidente do Fórum Parlamentar, o deputado Décio Góes (PT), que também preside a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, defendeu os trabalhos do fórum, em especial os estudos para a demarcação da Serra do Tabuleiro.

De acordo com Góes, que está à frente dos trabalhos desde abril de 2006, a atuação do fórum consiste num esforço de trabalho democrático e participativo voltado à solução de problemas nas Unidades de Conservação de Santa Catarina.

"O documento tem o objetivo de avaliar as demandas de ajustes de limites dos nove municípios de abrangência do Parque. Isso tem que ser respeitado. Todo nosso esforço foi praticamente desconsiderado com a entrada do projeto nessa Casa", disse.

Diante dos três anos do fórum, o parlamentar ressaltou

que se torna inaceitável aprovar o Projeto de Lei nº. 347/08, encaminhado pelo governo do Estado em novembro de 2008 e que tramita na Casa em regime de urgência. "A matéria desconsidera nosso trabalho e os resultados adquiridos. Essa atitude é um desrespeito para com o Parlamento", desabafou.

Segundo o deputado Renato Hinnig (PMDB), o projeto pode até não ser considerado ideal, mas vai trazer benefícios à população. "O projeto pode ser aprimorado, se necessário. O importante é preservar essa grande área."

ESPECIAL

Comenda do Legislativo destaca 42 personalidades

Assembléia presta homenagem aos que tiveram uma atuação diferenciada na sociedade catarinense em 2008

Andreza de Souza

Com o objetivo de homenagear pessoas físicas, jurídicas e entidades que realizaram ações relevantes e de destaque no estado, a Assembléia Legislativa concedeu, em sessão solene dia 15, a Comenda do Legislativo Catarinense. Os 42 homenageados indicados pelos parlamentares foram prestigiados por autoridades e familiares que lotaram as galerias do Plenário Deputado Osni Régis.

Antes chamada Outorga de Medalhas e destinada por segmentação, a Comenda de 2008 é uma novidade e unifica as homenagens concedidas pelo Parlamento catarinense. Proposta pela Mesa, a sessão solene foi comandada pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e contou com a participação da Banda Trem, de São Bento do Sul, uma das indicadas para receber a distinção.

Os deputados Rogério "Peninha" Mendonça (PMDB) e Ana Paula Lima (PT) fizeram uso da palavra representando as bancadas do Legislativo, lembrando e

citando os 42 nomes de pessoas, empresas e entidades que fizeram e continuam fazendo a diferença no cumprimento das suas atividades na sociedade catarinense. "Os comendados de hoje são objetos de reconhecimento público pelo cumprimento dos seus deveres. Todos merecem a homenagem desta Casa Legislativa", disse Peninha.

"Estamos vivendo uma noite feliz num momento triste". A reflexão foi de Ana Paula, que iniciou seu pronunciamento destacando a Comenda do Legislativo e lembrando a catástrofe ocorrida no estado em consequência das chuvas no final de novembro, principalmente na região do Vale do Itajaí. Enfática, a parlamentar afirmou que, com união e trabalho, tudo o que foi levado pelas encostas e águas, e ainda, coberto pela lama, será reconstruído. "Choramos, sofremos, mas temos que nos reerguer. É hora de darmos as mãos." Aos homenageados e pela alegria que estava estampada em seus rostos, declarou a parlamentar: "Teremos como norte de nossas ações os vossos valores, que se-

rão o alicerce da superação desse momento sombrio."

Ensino

Representando os 42 homenageados da noite, o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Álvaro Toubes Prata, agradeceu a sua indicação pelo deputado Onofre Santo Agostini (DEM), saudou em especial os demais agraciados e falou em nome da instituição: "É uma grande satisfação para a UFSC ter seu reitor recebendo uma homenagem como esta, principalmente nesse momento de ampliação do ensino, da pesquisa e da extensão universitária." O professor fez referência à construção de três novos campi da universidade no estado. Aranguá, Curitiba e Joinville terão, a partir de agosto de 2009, alunos presenciais inaugurando as novas propostas pedagógicas. "Não posso deixar de destacar nossa confiança no Legislativo catarinense." E, pela Comenda individual, Prata finalizou: "Muito me honra receber essa tão elevada distinção."



Sessão solene coloca em primeiro plano os que tiveram uma participação diferenciada no estado em 2008



Eduardo Guedes de Oliveira



Eduardo Guedes de Oliveira



Carlos Kilian

Em nome das bancadas, deputados Peninha e Ana Paula Lima destacam pessoas, empresas e entidades que fazem a diferença na sociedade catarinense

Eduardo Guedes de Oliveira

Homenageados e deputados

- Alda Schlemm Niemeyer - Ana Paula Lima (PT)
- Alípio Alves - Pedro Uczai (PT)
- Álvaro Prata - Onofre Agostini (DEM)
- Aparecida Mussi - Professora Odete de Jesus (PRB)
- Arnaldo Ferreira - Jailson Lima (PT)
- Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente de Braço do Norte (Ascad) - representada por Maria Georgina Fernandes Garcia - Julio Garcia (DEM)
- Banda Trem, representada pelo maestro Pedro Mchado Bitencourt - Silvio Dreveck (PP)
- Carlito Merss - Kennedy Nunes (PP)
- Cesar Augusto Olsen - Edison Andrino (PMDB)
- Clairton Antônio da Motta - Genésio Goulart (PMDB)
- Cooperativa A1, representada por Elio Casarin - Herneus de Nadal (PMDB)

- Dário Berger - Manoel Mota (PMDB)
- Dom Oneres Marchiori, representado pelo padre Davi Goedert - Elizeu Mattos (PMDB)
- Eládio Tambosi - Rogério Mendonça - Peninha (PMDB)
- Élio Francisco Cella - Narciso Parisotto (PTB)
- Embrareef, representada por Altemir Marini - Serafim Venzon (PSDB)
- Evalt Becker - Joares Ponticelli (PP)
- Fundação Educacional Barriga Verde (Febave), representada por Celso de Oliveira Souza - Ronaldo Benedet (PMDB)
- Fundação Hermon, representada por Walmor Backes - Ada De Luca (PMDB)
- Fundadores do Grupo Bistek, representados por Giovanni Ireto Dias - Valmir Comin (PP)
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (Fetrasul), representada por Daniel Kothe - Dirceu Dresch (PT)
- Fundação de Salvamento Aquático de

- Santa Catarina (Funsalvasc), representada por Juliano Tonidande - Edson Piriquito (PMDB)
- Gilberto Seleme - Marcos Vieira (PSDB)
- Irmã Analuísa Venturini - Clésio Salvaro (PSDB)
- Ivanir Luiz Perin - Reno Caramori (PP)
- João Nilson Zunino - Cesar Souza Júnior (DEM)
- Jorge Luiz da Silva, "Padre Jorjão" - Nilson Gonçalves (PSDB)
- José Carlos Chaussard Neto (in memoriam), representado por Lisiane Fogaça Chaussard - Gilmar Knaesel (PSDB)
- José Mondardo - Altair Guidi (PPS)
- Lino Rohden - Jean Kuhlmann (DEM)
- Luciano Pereira Paiva, "Irmão Luciano" - Renato Hinnig (PMDB)
- Manoel Dias, representado por Dalva Dias - Dagomar Carneiro (PDT)

- Manoel João da Costa, "J.Costa" - Sargento Amauri Soares (PDT)
- Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), representado por Iraci Colombo - Padre Pedro Baldissera (PT)
- Odemar Muller - Jandir Bellini (PP)
- Pastor Arcelino Vitor de Melo - Darcy de Matos (DEM)
- Rede Feminina Regional de Combate ao Câncer de Xanxerê - representada por Norma Anoni - Gelson Merísio (DEM)
- Riscala Miguel Fadel - Romildo Titon (PMDB)
- Selvino Casagrande - Moacir Sopelsa (PMDB)
- Sistema Acafe, representado por Paulo Ivo Koehntopp - Jorginho Mello (PSDB)
- Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), representada pelo reitor Antonio Milioli Filho - Décio Góes (PT)
- Walmor de Luca - Professor Grandó (PPS)



Representando os 42 homenageados, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Álvaro Toubes Prata, agradece o reconhecimento

PLENÁRIO

Deputados aprovam Orçamento e Plano Plurianual

Peça orçamentária para 2009 que projeta receita e fixa receitas prevê aumento de 14% em relação a este ano

Rodrigo Viegas

A Assembléia Legislativa aprovou, na sessão ordinária do dia 16, o Orçamento do governo estadual para o ano que vem e o Plano Plurianual para o período 2009/2011.

As matérias foram aprovadas por unanimidade, apesar das ressalvas das bancadas de oposição, que demonstraram insatisfação pela falta de oportunidade para o Parlamento contribuir com a peça orçamentária.

O Projeto de Lei nº. 284/2008, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2009, terá aumento de 14% em relação ao orçamento deste ano. A estimativa de receita pulou de R\$ 10,6 bilhões para R\$

12,1 bilhões, cálculos anteriores à crise econômica mundial e à catástrofe climática que se abateu sobre o estado.

No documento, o governo destina R\$ 585 milhões para as 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), 44% de recursos a mais do que em 2008. As SDRs que receberão mais recursos em relação a 2008 são Taió (78,72%), Quilombo (71,91%), Caçador (66,31%), Blumenau (66,03%) e Brusque (61,93%). A regional da Grande Florianópolis (R\$ 50,5 milhões) e a de Joinville (R\$ 38,4 milhões) têm os valores nominais mais elevados.

Na divisão entre os órgãos de governo, a Polícia Militar tem R\$ 496 milhões, o Departamento de Infra-estrutura (Deinfra), R\$ 437,4 milhões, a Polícia Civil, R\$ 218 milhões, a Epagri, R\$ 215,9 milhões, e a Cidasc, R\$ 121 milhões. O governo também divide percentuais da receita líquida disponível, estimada em R\$ 8,5 bilhões, entre os poderes Legislativo e Judiciário, além do Tribunal de Contas, Ministério Público e a Udesc.

No total, foram propostas 84 emendas, sendo que 62 foram colocadas em destaque. A matéria foi aprovada com 20 emendas, entre as quais 19 haviam sido acatadas pelo relator, deputado Renato Hinnig (PMDB). Apenas uma foi aprovada quando colocada em destaque.

Entre as 19 emendas que já faziam parte do PL, duas de origem parlamentar receberam atenção especial. A de nº. 347, do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que abre créditos suplementares para encargos sociais, auxílio alimentação e pagamento integral dos incrementos remuneratórios provenientes da Lei 254/2003, que revisa a remuneração dos servidores da segurança pública; e a emenda nº. 2, da bancada do PT, que destina recursos para piso salarial nacional para o magistério público da educação básica. A única emenda aprovada durante a sessão, de nº. 175, foi fruto de um acordo dos parlamentares do Sul. Ela destina R\$ 4,9 milhões para o anel viário de contorno de Criciúma.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Apesar das ressalvas das bancadas de oposição, matérias foram referendadas por unanimidade em plenário

Oposição critica falta de participação na proposta

A bancada de oposição, apesar de aprovar o Orçamento 2009, registrou sua indignação em diversas manifestações em plenário. O deputado Pedro Uczai, líder do PT na Casa, lamentou "o não acolhimento das demais emendas", mas agradeceu ao relator Renato Hinnig o fato de ter acatado a proposta parlamentar que beneficia o magistério público da educação básica.

O deputado Joares Ponticelli (PP) acusou o governo de "utilizar sua maioria esmagadora no Legislativo para impedir que os parlamentares participem mais ativamente do processo de construção do orçamento".

O também progressista Sívio Dreveck, líder do partido, afirmou que "o projeto já vem engessado para o Parlamento e os deputados ficam impedidos de aprimorar a peça e, conseqüentemente, não respondem aos anseios da população que representam".

Já a deputada Ana Paula Lima (PT) mostrou-se contra-

riada com a falta de respeito para com o Legislativo e criticou aqueles que, quando da votação nominal, procuraram se isentar de responsabilidades.

Independência

Falando em nome do governo, o líder Herneus de Nadal (PMDB) defendeu a "independência e autonomia dos colegas", mas lembrou que cada um vota de acordo com sua consciência e também de acordo com a posição que representa na Casa.

O relator disse que o orçamento é uma tarefa difícil e trabalhou as manifestações daqueles que não tiveram emendas acatadas.

Por sua vez, afirmou que contemplou as prioridades identificadas durante as audiências do Orçamento Regionalizado e, para as demais definições, teve que adotar critérios que respeitem as necessidades mais imediatas de Santa Catarina.



Pedro Uczai (à esquerda) lembra que TCE ressaltou déficit de R\$ 140 milhões

Sinal verde para contas do governo de 2006

Além do Orçamento e do PPA, também foram aprovadas, no dia 16, as contas do governo do Estado referentes ao exercício financeiro de 2006. O deputado Pedro Uczai, apesar de votar a favor, lembrou que o Tribunal de Contas ressaltou um déficit

financeiro de R\$ 140 milhões nas contas daquele ano.

Outra matéria aprovada, de autoria da Comissão Especial, foi o Projeto de Resolução 09/2008, que estipula a criação da Comissão de Pesca e Aquicultura da Assembléia Legislativa.

PPA tem 35 mudanças

O PPA foi aprovado com as 35 emendas acolhidas pela Comissão de Finanças e Tributação. Em sua justificativa, o deputado Hinnig voltou a afirmar que respeitou critérios estabelecidos pelas audiências regionais do PPA, bem como os interesses do Estado. Segundo Hinnig, o processo de revisão do Plano Plurianual para o período 2009/2011 foi realizado de forma participativa, envolvendo todos os órgãos públicos, e de forma integrada, com a elaboração da proposta orçamentária para 2009, de modo a manter total incorporação ao PPA para o próximo exercício.

O valor total programado para o período de 2009-2011 é de R\$ 49.953.429.889,00. Deste montante, R\$ 34.735.830.175,00 do orçamento geral do Estado e R\$ 15.217.599.714,00 de outras fontes.

Os 14 requerimentos de destaque, que abrigavam 19 emendas da bancada do PT, foram recusados. Entre outras emendas, estavam recursos para o Hemosc e Cepon, para a cadeia produtiva da uva e para a Casa de Abrigo para as Mulheres Vítimas de Violência.

PLENÁRIO

Autoconvocação para dias 29 e 30

Parlamentares vão interromper recesso para apreciar três medidas provisórias e um projeto de lei do Executivo

Com a anuência de todos os parlamentares, a Assembléia Legislativa se autoconvocou para os dias 29 e 30 de dezembro, com objetivo de apreciar três medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei, enviados pelo Executivo. A tramitação prevê a apreciação da admissibilidade das MPs primeiramente na Comissão de Constituição e Justiça

(CCJ), seguindo para votação da admissibilidade em Plenário.

Somente depois disso retorna à CCJ para a discussão do mérito das matérias enviadas pelo Executivo. Na comissão, os parlamentares poderão apresentar emendas ao texto original que segue, então, para votação de projeto de conversão em lei no Plenário.

Conheça as MPs

Nº. 146 - Altera a Lei 13.334, de 2005, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Social (Fundosocial), destinado a financiar programas e ações de desenvolvimento, geração de emprego e renda, inclusão e promoção social no campo e nas cidades, inclusive nos setores da cultura, esporte, turismo e educação especial.

As modificações propostas estabelecem, entre outras coisas, que os contribuintes poderão realizar transação financeira com o Estado de Santa Catarina visando a extinção de créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias vencidas até 31 de dezembro de 2006, inscritos ou não em dívida ativa, mediante contribuição voluntária ao Fundosocial correspondente a 50% do valor do crédito tributário devido. Atualmente, é permitida a transação em relação aos créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias vencidas até 31 de julho de 2004.

Nº. 147 - Visa inserir benefícios no setor agroindustrial e empreendimentos voltados à produção de mercadoria inexistente na cadeia produtiva catarinense. Estes estão previstos nos programas citados na MP, tais como: Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (Fadesc) e Pró-Emprego. Há ainda, propostas de alterações no ICMS.

Nº. 148 - Estabelece o "Auxílio Reação" às famílias atingidas pelas chuvas, cujos domicílios tenham sido destruídos ou interditados de maneira definitiva pela Defesa Civil. Para garantir o benefício de R\$ 415,00 mensais por de até seis meses, as famílias precisam comprovar endereço, renda familiar de até três salários mínimos e não estar alojada em abrigo temporário. Será custeado com recursos das doações ao Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec).



Carlos Kilian

Com apoio de todos os deputados, Assembléia Legislativa vai apreciar matérias enviadas pelo governo do Estado

Projeto trata das usinas hidrelétricas

Outra proposta a ser apreciada durante a autoconvocação é o Projeto de Lei nº. 254/08, de origem governamental, que prevê que as usinas hidrelétricas a serem instaladas no estado dependem, para fins de emissão de licença ambiental prévia, de avaliação integrada da bacia hidrográfica. Quanto às Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), o licenciamento ambiental fica dispensado, exceto quando houver necessidade de desmatamento da vegetação nativa em estágio

avanzado de regeneração superior a 150 hectares e área alagada superior a 300 hectares.

O licenciamento de empreendimentos hidrelétricos, independentemente da necessidade de avaliação integrada da bacia hidrográfica, observará a não fragmentação de corredores ecológicos, a implantação de área de preservação permanente em atendimento às funções ambientais de cada trecho limítrofe à área alagada, e a não alteração da qualidade dos recursos hídri-

cos quando o empreendimento estiver próximo ao ponto de captação de água para fins de abastecimento público.

Os conflitos no uso da água serão dirimidos pela outorga de recursos hídricos ou documento equivalente, emitido pelo órgão responsável pela gestão dos recursos hídricos. A avaliação integrada da bacia hidrográfica constituirá documento único, a ser apreciado pelo órgão ambiental licenciador estadual, após prévia aprovação de termo de referência.

Prefeitos eleitos se despedem

Eduardo Guedes de Oliveira



Piriquito, Salvaro e Bellini assumem prefeituras em janeiro

Os três parlamentares que assumem prefeituras no dia 1º de janeiro se despediram do Parlamento. O deputado Jandir Bellini (PP), que vai tomar posse em Itajaí, ressaltou, em seu discurso, que sentirá saudades do Parlamento. "Nossa Assembléia Legislativa é, com certeza, o único Parlamento do país que tem cumprido com seu papel", disse

Depois de 10 anos no Legislativo, o deputado Clésio Salvaro

(PSDB), que vai assumir a prefeitura de Criciúma, disse que está deixando o Legislativo com dever cumprido. "Já estou com saudades."

O deputado Edson Piriquito (PMDB), que vai tomar posse em Balneário Camboriú, fez uma avaliação positiva do período como parlamentar. "Foram dois anos de intenso aprendizado. Convivi com muitas pessoas, servidores altamente qualificados e atenciosos."

Deputados limpam pauta

A sessão ordinária do dia 17 limpou a pauta de matérias a serem apreciadas em 2008. Tiveram destaque os projetos de cunho social e, principalmente, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº. 35/08, de autoria do Executivo, que altera o Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Estado da Saúde.

O PLC foi aprovado sem votos contrários, mas com abstenções das bancadas do PT e do PP. O motivo manifestado foi que o plano de cargos deveria ser apresentado para todo o serviço público e não apenas para os profissionais da saúde. Para o deputado Pedro Uczai (PT), "é necessária uma valorização do servidor de forma abrangente e não apenas para uma categoria".

A mesma visão foi comparilhada pelo líder progressista, deputado Sílvio Dreveck, que

defendeu a isonomia salarial no serviço público, enquanto que o deputado Joares Ponticelli (PP) criticou uma "administração que bate recordes de arrecadação, mas priva os servidores de um plano de carreira abrangente".

Ex-secretário estadual de Saúde, o deputado Dado Cherem (PSDB) argumentou que só haverá avanços no setor com a construção de uma categoria fortalecida.

Frequente defensor dos servidores públicos, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) disse que "depois de 19 anos de luta a saúde conquistou avanços". Segundo Soares, "o PL integraliza o plano de carreira e atende a todos os trabalhadores, inclusive aposentados e inativos".

Outra proposta que gerou divergência foi o PL nº. 378/08, que autoriza o Executivo a instituir uma

contribuição espontânea em favor do Fundo Estadual de Defesa Civil, denominado "Contribuição para Reconstrução de Santa Catarina". A proposta, dos deputados Jean Kuhlmann (DEM) e Moacir Sopelsa (PMDB), estabelece que os recursos da contribuição de R\$ 3,00 na conta de luz serão aplicados exclusivamente na construção e recuperação de habitações populares nos municípios em situação de emergência.

A matéria recebeu críticas da oposição. A deputada Ana Paula Lima (PT) acredita que é preciso explicitar que a cobrança é voluntária e não obrigatória.

Já o deputado Joares Ponticelli elogiou a intenção, mas não concordou com a proposta. "O governo está se excedendo na demagogia sobre a catástrofe", afirmou.

PLENÁRIO

Criado Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor Público do Estado

Eduardo Guedes de Oliveira



Na sessão que antecedeu o início do recesso, deputados aprovam normas para promoção da saúde dos servidores

Com o objetivo de estabelecer diretrizes e normas para o sistema de gestão da segurança no trabalho e da promoção da saúde ocupacional dos servidores públicos estaduais, foi aprovado na sessão plenária do dia 17, o Projeto de Lei nº 344/08, de origem governamental. O projeto tem como objetivo a prevenção, o rastreamento e o diagnóstico precoce de agravos à saúde relacionados ao trabalho, bem como a constatação da existência de casos de doenças profissionais e do trabalho ou danos irreversíveis à saúde dos servidores públicos estaduais. A saúde ocupacional do servidor deve abranger a realização dos seguintes exames: admissional, periódico, de retorno ao traba-

lho, de mudança de função e demissional.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe), Mário Antônio da Silva, que acompanhou a votação, o programa deveria estar sendo aplicado desde 2004, por força de legislação federal. "Temos várias divergências em relação a esta medida. A principal é que o Estado tem uma Diretoria de Perícia, com servidores capacitados para executar o programa, mas preferiu contratar uma empresa privada, através de licitação, para fazer este serviço." Mário adiantou que o Sintespe vai questionar judicialmente a contratação, que considera ilegal.

Projeto de lei complementar assegura benefícios para manipuladores de alimentos e bebidas

Com a aprovação de projeto de autoria do deputado Jailson Lima (PT), dia 17, as pessoas que manipulam alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, devem submeter-se a exame de saúde periódico e curso de higiene para manipulação de alimentos, cujo atestado de exame médico expedido por serviço de saúde e certificado do curso expedido por entidade pública ou privada, devem ser exigidos pelo respectivo proprietário ou responsável.

O Projeto de Lei Complementar nº. 20/08 altera a redação do 1º parágrafo do art. 30 da Lei nº. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, que trata das normas gerais de saúde.

De acordo com o parlamentar, o objetivo é instruir a

sociedade que trabalha com a manipulação desses alimentos, a partir do curso de higiene de alimentos, além de preservar a saúde, uma vez que há uma grande preocupação com a contaminação pela manipulação.

O PLC contribui com o cumprimento do artigo 196 da Constituição Federal, que afirma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças.

Para Jailson, a atuação do Poder Público nos serviços de vigilância sanitária de alimentos é de extrema importância para a saúde pública, pois, conforme estudos realizados pelo Centro Americano de Controle de Doenças e a Organização

Mundial de Saúde (OMS), muitos alimentos mal conservados ou manipulados inadequadamente são considerados fontes de doenças que a cada ano matam cerca de 1,8 milhão de pessoas, especialmente nos países em desenvolvimento.

O parlamentar lembrou que a contaminação dos alimentos por manipulação inadequada poderá ser diminuída com a iniciativa, evitando doenças, sofrimento e despesas aos cofres públicos. Entre as precauções, fica determinado o uso obrigatório de aventais, gorros, rede de cabelos, o corte das unhas, a eliminação do cigarro no ambiente de trabalho e a proibição da presença de animais nos recintos de manipulação e consumo.

Empresas de construção civil terão que promover campanha de vacinação antitetânica

As empresas de construção civil que atuam no estado ficam obrigadas a promover vacinação antitetânica para seus operários, segundo o Projeto de Lei nº 299/08, de autoria da deputada Ada De Luca (PMDB), aprovado na sessão do dia 17. O intuito da matéria é prevenir o número de contaminações de tétano em locais com grande número de objetos perfurocortantes. As contaminações também prejudicam as empresas, pois é grande

o número de funcionários que interrompem suas funções para tratar a infecção.

Conforme a autora, a proposição visa preservar a saúde dos trabalhadores, além de desafogar o sistema público de saúde, pois os acidentes causados por pequenos furos ou cortes que necessitam apenas da aplicação da vacina fazem com que o operário perca horas de trabalho e ainda sobrecarregam o atendimento médico-hospitalar.

Instituído regime de remuneração na Defensoria Dativa

A partir da agora, será instituído o regime de remuneração, pelo Estado de Santa Catarina, em favor dos advogados que, indicados em listas, promovam, no juízo cível, criminal, varas especializadas e por Escritura Pública lavrada por Tabelião, a Defensoria Dativa e Assistência Judiciária.

Neste sentido, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar nº. 29/08, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), que dá nova redação à Lei Complementar nº. 155/97, que instituiu a Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina.

O PLC também prevê que a remuneração do Assistente Judiciário e do Defensor Dativo será fixada pelo Juiz, na sentença final, ou por Tabelião na expedição da

Escritura, com base na Tabela de Honorários Advocáticos da OAB/SC.

Segundo o governo, a medida visa adequar a norma estadual à Lei n.º 11.441, de 2007, que altera, insere e revoga dispositivos no Código de Processo Civil (CPC). A alteração legislativa tem, entre outros objetivos, o de possibilitar a realização de inventário, partilha, separação consensual e divórcio consensual por via administrativa, de forma bastante simplificada e rápida. A mudança implementada no artigo 982 do CPC, por exemplo, autoriza que o inventário e a partilha sejam feitos por escritura pública, desde que todas as partes envolvidas sejam capazes e estejam de acordo.

Aprovado Programa Catarinense de Inclusão Social para incentivar o desenvolvimento regional

Para incentivar o desenvolvimento regional, social e econômico dos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 90% do IDH médio do Estado, foi aprovado dia 17, o Projeto de Lei nº 346/08, de origem do Executivo, que dispõe sobre Programa Catarinense de Inclusão Social Descentralizado.

O programa será efetuado através da implementação de políticas públicas compensa-

tórias visando à eliminação da necessidade de contrapartida financeira em todos os convênios a serem firmados pelo Estado com os municípios que se enquadrem no que está previsto na lei. Essas políticas compreendem áreas como a educação, crédito, infra-estrutura, social, agricultura e saúde.

As ações do programa serão executadas em parceria com as secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs),

com os municípios e respectivas comunidades, dando-se preferência ao desenvolvimento das ações e serviços que contarem com maior aporte de recursos locais, sejam financeiros, humanos ou materiais.

A Secretaria de Estado do Planejamento fará o acompanhamento e a avaliação dos indicadores do Programa catarinense de Inclusão Social Descentralizado, realizando relatórios anuais.

APROVADOS

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados trabalharam em ritmo forte durante a semana que antecedeu o recesso parlamentar para discutir e votar matérias de interesse da sociedade catarinense

Fiscalização para sementes e mudas

Com a aprovação do Projeto de Lei nº. 239/08, de autoria do Poder Executivo, dia 17, fica determinada a fiscalização do comércio de sementes e mudas no estado. O PL busca garantir a qualidade, identidade e procedência desses produtos, com base em padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A matéria abrange a fiscalização

para pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, que armazenam, transportam, comercializam, reembalam e utilizam sementes e mudas usadas na semeadura e no plantio.

Além de fiscalizar o comércio de sementes e mudas, a iniciativa visa garantir o cumprimento da legislação de sementes e mudas, assegurando ao produtor rural sementes

de alto padrão físico, fisiológico e genético, proporcionando maior produtividade, renda e qualidade de vida no campo. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura de Santa Catarina ficará responsável pela fiscalização estadual de sementes e mudas, através da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

Título a José Alencar

No dia 16, foi aprovado o Projeto de Lei nº. 348/08, de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), a Assembleia concederá o título de cidadão catarinense a José Alencar Gomes da Silva, vice-presidente da República. Empresário, José Alencar fundou, em Montes Claros (MG), a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Cote-

minas), um dos maiores grupos têxteis do país. Em Santa Catarina, a Coteminas possui grandes investimentos, gerando renda e oportunidades de emprego. A empresa é uma das maiores de Blumenau, com mais de 2,7 mil funcionários e um parque fabril com máquinas modernas e ambientes climatizados.

Lei ordena sistema rodoviário de SC

Os deputados aprovaram, dia 17, o Projeto de Lei nº 240/2008, de origem do Executivo, que estabelece as definições, as atividades e os procedimentos concernentes à engenharia de tráfego e à engenharia de campo voltados ao sistema rodoviário de Santa Catarina. O projeto define termos como trânsito, rodovia, operação de trânsito, tráfego, sinalização, engenharia de tráfego e engenharia de campo.

A engenharia de tráfego utiliza-se de dados, informações e pesquisas de campo para estabelecer o planejamento adequado ao sistema rodoviário, participando de estudos e projetos, especificações e orçamentos na área. Faz estatística e pesquisa de volume veicular e acidentes de trânsito, planejamento, elaboração de mapas e de projetos, tratando da intervenção, de melhoramentos e

aumento da capacidade do sistema rodoviário, assim como de sua implantação.

A engenharia de campo faz a definição e o gerenciamento das operações de melhorias da malha rodoviária e de sistemas de controle de tráfego e pavimentos, a análise, identificação, definição e consolidação de alternativas de intervenção para reduzir acidentes nas rodovias.

Placa informando convênio

Também de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB) foi aprovado o projeto de Lei nº. 16/08 que determina aos hospitais, às casas de saúde e às clínicas conveniadas com o SUS a colocarem em local visível e de maior circulação de público o

seguinte dizer: "Temos convênio com o SUS". Conforme o projeto, o letreiro terá de ser luminoso para que seja visualizada à noite e facilite a identificação por parte de todos os usuários. As instituições conveniadas terão 90 dias para cumprirem esta lei.

Assegurada igualdade social

Foi aprovado, dia 17, o Projeto de Lei nº. 61/07, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT), instituído o Programa Estadual de Ações Afirmativas, de Promoção da Igualdade no Estado de Santa Catarina.

Com ele, será obrigatório o cumprimento das normas que proclamam a igualdade racial e a valorização da população negra e indígena, bem como do combate ao racismo e à dis-

criminação.

Segundo Uczai, é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro, independente da cor. A participação na comunidade é fundamental na defesa da dignidade, valores éticos, culturais e religiosos, independente da raça e etnia. "A Lei Orçamentária Anual do Estado deverá prever a destinação expressa de recursos para a con-

secução dos objetivos previstos neste programa", frisou.

Para assegurar a iniciativa, a Secretaria de Saúde do Estado realizará, bianualmente, pesquisas qualitativas para identificar entre a população doenças que têm maior incidência entre as comunidades negra e indígena, com especial atenção para a anemia falciforme, o lúpus, a hipertensão, o diabetes e os miomas uterinos.

Capitais catarinenses

Três municípios receberam, no dia 16, títulos que enaltecem suas vocações. O primeiro aprovado, foi o Projeto de Lei nº. 584/07, do deputado Manoel Mota (PMDB), que reconhece o município de Palhoça como a Capital Catarinense do Mexilhão. De autoria do deputado Herneus de Nadal (PMDB), foi

denominado o município de Ul Brasil como a Capital Catarinense do Frango Caipira através do Projeto de Lei nº. 479/07. O último aprovado foi o PL nº. 180/08, do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que determina o município de Ibirama como Capital Catarinense do Turismo de Aventura.

Exames oftalmológicos

A realização de exames oftalmológicos básicos nos alunos matriculados na rede oficial de ensino foi aprovada através do Projeto de Lei nº. 173/08, de autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB). De acordo com o PL, fica determinada

a realização. Os exames serão realizados no transcorrer do ano letivo. O exame básico de triagem ocular consistirá na medida da acuidade visual através da tabela de Snellen, que revelará as prováveis deficiências visuais do aluno.

Cadastro de Atividades Poluidoras

O governo do Estado poderá instituir o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), a Taxa de Fiscalização Ambiental. Neste sentido foi aprovado, dia 17, o projeto de Lei nº. 103/08.

A inscrição no cadastro será obrigatória e sem ônus, para pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e à extração, produção, transporte e comercialização de produtos nocivos ao meio ambiente.

A Fundação do Meio Ambiente (Fatma) administrará o cadastro,

que deverá ser mantido atualizado, e estabelecerá, por portaria, o procedimento de inscrição, articulado ao Ibama.

Com relação à Taxa de Fiscalização Ambiental, a nova lei declara que servirá para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Convênios com esportistas

Outra matéria aprovada dia 17 foi o Projeto de Lei nº 630/07, de autoria da deputada Ada De Luca (PMDB), que autoriza o Executivo estadual a firmar convênios com entidades esportivas e a iniciativa privada para a criação de campeonato estadual de futebol feminino.

Conforme a proposição, o campeonato feminino deverá conter as mesmas regras do campeonato masculino, observando o número de times inscritos. O governo do Estado, por intermédio da Fesporte, estabelecerá os critérios para o futuro campeonato.

COMUNIDADE

SC está no Cadastro Nacional de Adoção

Lei sinaliza esperança para 80 mil crianças que vivem em abrigos no país; no estado, há 3.336 candidatos inscritos

Rose Mary Paz Padilha

Adotar uma criança será um processo mais rápido e menos burocrático. Pelo menos, essa é a promessa do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), criado em abril deste ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A lei aprovada no Congresso traz esperança a 80 mil crianças que vivem em abrigos em todo o país e determina que, em no máximo dois anos, o destino da criança tem que ser definido: ou ela vai morar com um parente ou o nome dela entra para o cadastro nacional de adoção.

Em Santa Catarina, dados de outubro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/SC) totalizam 3.336 pretendentes à adoção inscritos no Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo de Santa Catarina (CUIDA). Desses, 2.378 residem no estado; 666 têm moradia fixa em outros estados e 292 são estrangeiros. Mas a secretária do CEJA, Mery-Ann Furtado e Silva informa que com a criação do cadastro nacional, os pretendentes à adoção só poderão se cadastrar

na cidade de residência, como já vem ocorrendo em Santa Catarina com o CUIDA. "Santa Catarina não recebe mais pedidos de inscrições de residentes de outros estados. Aqueles 698 aqui inscritos permanecem em razão do direito adquirido anterior à vigência do CNA", afirmou. Mery-Ann diz que, após habilitados em suas comarcas, estes serão inseridos no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

Mas a maior expectativa do CEJA é que o cadastro nacional agilize o encaminhamento das adoções, principalmente daquelas crianças cujo perfil não corresponde ao desejado por grande parte dos pretendentes à adoção, notadamente crianças maiores e grupos de irmãos. Dados do CEJA mostram que das preferências sobre a criança a ser adotada, 80% dos inscritos aceitam crianças até três anos, preferencialmente do sexo feminino e sem irmãos, ao contrário daquelas adotadas por estrangeiros: idade entre 7 e 14 anos, grupos de irmãos, crianças pardas ou mulatas, sexo masculino e crianças que vivem em abrigos.

Perguntas mais frequentes

1 - Quais as providências a serem tomadas pelo pretendente à adoção para ser inserido no sistema?

O Cadastro Nacional de Adoção já está disponível no link: www.cnj.jus.br/cna. O pretendente a adoção deve primeiro habilitar-se na vara da infância e da juventude de sua Comarca. No caso de inexistência de vara especializada, na vara competente para o processo de adoção. Após o trâmite do processo e prolatada a sentença de habilitação, o próprio juiz que habilitou o pretendente realizará o seu cadastro no sistema.

2 - Que critério utiliza o CNA para fixar posição na "fila"?

Ordem cronológica; dados dos pretendentes: se são estéreis, se possuem outros filhos, etc; compatibilidade da criança com os candidatos à adoção. Importante ressaltar que serão respeitadas todas as habilitações anteriores à implantação do CNA.

3 - Qual o prazo final para o cadastramento das crianças/adolescentes e dos pretendentes?

É de 180 dias, a contar da data da publicação da Resolução nº 54 - 8/5/2008 - o prazo para que os juízes com competência para a Infância e a Juventude insiram os dados no CNA.

4 - Como proceder nos casos de habilitações muito antigas, visto que o pretendente pode não mais ter interesse em adotar ou já ter adotado?

O sistema não restringirá o cadastramento de pretendente cuja data da sentença de habilitação for superior a cinco anos, desde que ele já tenha sido reavaliado dentro desses cinco anos.

Quem pode adotar

- **Maior de idade de qualquer estado civil, 16 anos mais velho que o adotado;**

- **Cônjuges ou concubinos, desde que um deles seja maior de idade e com estabilidade na família;**

- **Divorciados ou separados judicialmente, desde que acordem sobre guarda e visitas;**

- **Tutor ou curador, desde que encerrada e quitada a administração dos bens de pupilo ou curatelado;**

- **Família estrangeira residente ou domiciliada fora do Brasil;**

- **Requerente da adoção falecido no curso do processo, antes de prolatada a sentença.**



SINAL VERDE PARA A EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

Em 2008, a Assembléia aprovou mais de 260 leis, que vão beneficiar muitas pessoas, como os alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual. A partir do ano que vem, eles poderão ter aulas de educação para o trânsito.

Educação para o trânsito. Lei nº 14.514/08.

ASSEMBLÉIA
Cada dia mais presente na sua vida

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA